



GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR: UM OLHAR NEUROPSICOPEDAGÓGICO SOBRE A APRENDIZAGEM

Leonardo Costa Rosa¹

Resumo: *O presente trabalho tem como objetivo problematizar as questões de gênero e sexualidade no espaço escolar, a partir da concepção neuropsicopedagógica, de modo a compreender o papel do olhar da neuropsicopedagogia no desenvolvimento das competências socioemocionais para/no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, a pesquisa se apoia na revisão bibliográfica e documental. A partir das leituras e reflexões realizadas, entende-se que há uma interrelação entre a educação integral e inclusiva com a formação afetiva, emocional e reflexiva, indicando que a abordagem sobre gênero e sexualidade atende a essa demanda, de modo a favorecer educadores e educandos no contexto escolar.*

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Aprendizado. Escola.

Introdução

A Neurociência vem ganhando espaço no campo educacional, na medida em que auxilia na compreensão da complexidade do desenvolvimento humano e dos diferentes processos de aprendizagem de cada educando. Oficialmente, há a preocupação com aspectos neuropsicopedagógicos nas experiências escolares: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9496/1996, seguida pelas elaborações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, BRASIL, 1997), abordaram caminhos epistemológicos, filosóficos e biopsicológicos que regem as práticas pedagógicas. O recente texto aprovado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda as competências sociemocionais, como parte integrante do Currículo, que deve ser abordada nas diferentes áreas do conhecimento e perpassar todos os segmentos da Educação Básica (BRASIL, 2018).

A Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia cunhou, em seu Código de Ética, o seguinte conceito:

A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos da Neurociências aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia Cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional (Código de Ética do Neuropsicopedagogo, 2020, Art. 10).

Para Beauclair (2014, p. 23), o termo Neuropsicopedagogia é: “um novo campo de especialização profissional, de pesquisa, ação e intervenção, baseados nos

¹ Filósofo pela Faculdade Sant'Ana, especializado em Neuropsicopedagogia Clínica (CENSUPEG), Psicopedagogia Clínica e Institucional com Ênfase em Educação Especial (Faculdade FUTURA), Avaliação Neuropsicopedagógica (FOCO ENSINA) e Atendimento Educacional Especializado (UNIFAVENI), professor de filosofia e neuropsicopedagogo clínico. leonardocostarosa7@gmail.com

avanços das Neurociências e suas aplicabilidades no campo da Educação e Psicopedagogia”.

Diversos teóricos da área vêm propondo que a Neuropsicopedagogia (desde suas abordagens pedagógica, psicológica e psicopedagógica, que antecederam o estudo dessa ciência como ela se apresenta hoje) tem um papel fundamental no desenvolvimento intelectual, estando este interligado ao desenvolvimento afetivo e cognitivo (PIAGET, 1979).

É acompanhando essa compreensão que se apresenta a relevância do trabalho com gênero e sexualidade no espaço escolar, entendendo que, além de embasamento documental, as reflexões teóricas vêm indicando que a(s) sexualidade(s) e o gênero estão, mais do que nunca, no centro dos discursos; estão a deixar o silêncio e o segredo e, por bem ou por mal, estão a provocar “ruído”, a fazer barulho e a fazer falar (LOURO, 2000, p. 38). Bezerra (2008) compartilha dessa perspectiva, colocando que não há escola sem identidade e que, portanto, tais reflexões integram o processo de ensino e aprendizagem.

Em 25 de junho de 2014 foi sancionada, sem vetos, a Lei nº 13.005, que fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. O PNE é um documento que faz “[...] referência para o planejamento de um setor da ordem social – o setor educacional –, para o qual assume caráter de norma supra ordenadora, em consonância, mas não subordinada, a planos plurianuais” (BRASIL, 2014, p. 10).

A diretriz do PNE, art. 2º item III pontua a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (no texto original, o trecho desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual foi substituído por erradicação de todas as formas de discriminação). No entanto, o texto não menciona quais os tipos de discriminação.

O item acima citado trata das questões de discriminação, mas não cita a palavra gênero. O documento exclui, em sua redação, a discussão das questões relacionadas à gênero e à orientação sexual nas escolas.

Como contraponto ao PNE, o Ministério da Educação (MEC) emitiu a Nota Técnica n. 24/2015, que evidencia a diferença entre gênero e orientação sexual. De acordo com a nota:

O conceito de gênero diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação de masculinidade e feminilidade. É conceito fundamental para compreender a dimensão histórica, social, política e cultural das diferenças e do próprio processo de construção subjetiva de homens e mulheres. O conceito orientação sexual, apesar de uma considerável polissemia que lhe é característica, diz respeito a como cada sujeito vivencia suas relações sexuais e afetivas. É imprescindível para a compreensão dos aspectos sociais, culturais e históricos da sexualidade e tem implicações imediatas no entendimento sobre arranjos familiares e parentalidade. (BRASIL, 2015b).

A articulação entre os documentos orientadores, entre eles o PNE (BRASIL, 2015) e a BNCC (2018), e as reflexões sobre a importância da abordagem sobre gênero e sexualidade na escola, enquanto uma ferramenta que compõem as competências socioemocionais previstas é fortalecida pela atuação e olhar da neuropsicopedagogia que, junto à comunidade escolar – professores, coordenação, alunos e famílias – auxilia na formação integral dos sujeitos, de modo a desconstruir preconceitos e promover diálogos sobre as questões que emergem no contexto e realidade da educação.

Objetivos

Problematizar as questões de gênero e sexualidade no espaço escolar, a partir da concepção neuropsicopedagógica;

Realizar a revisão bibliográfica sobre o papel da neuropsicopedagogia no aprendizado;

Realizar a revisão bibliográfica sobre gênero e sexualidade na educação;

Refletir sobre a relação entre aprendizagem, competências socioemocionais e o trabalho com temas transversais na escola.

Metodologia

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, descrita por Gil (2002, p. 44) como aquela “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, o autor ainda sugere que “As pesquisas [...] que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas”. Nesta etapa, o enfoque foi a leitura, análise e reflexão sobre as obras que tratam de gênero, sexualidade, educação e neuropsicopedagogia.

Além disso, conta-se com a metodologia de pesquisa documental que, assim como a bibliográfica, usa de fontes com natureza semelhante, entretanto, os materiais acessados, nesse caso, são documentos, como as leis e diretrizes para a educação analisadas, que não passaram por tratamento analítico (GIL, 2002).

Resultados/Resultados parciais e discussão

Discutir a formação integral do ser humano supõe discutir aspectos relacionados às questões socioemocionais: vivemos em uma realidade plural, na qual a diversidade nem sempre é compreendida e respeitada, do ponto de vista do processo de ensino e aprendizagem e do contexto escolar. O alicerce dos referenciais normativos se legitima de tal forma que o diferente é anormal e, por sua vez, silenciado ou tratado de forma pejorativa (Junqueira, 2009). Justamente por isso, atendendo às atribuições do profissional da neuropsicopedagogia, seu olhar desempenha um papel no fomento e adequação do trabalho sobre gênero e sexualidade no espaço escolar.

O caráter transdisciplinar da neuropsicopedagogia, somado a capacidade de notar e estabelecer diferentes formas de apropriação do conhecimento, pela pluralidade nas abordagens de ensino e aprendizagem, apoiados nos documentos oficiais que preveem a discussão sobre gênero e sexualidade (BRASIL, 1997, 2014), e o fortalecimento das competências socioemocionais na escola (BRASIL, 2018), permitem que a neuropsicopedagogia oriente ações relacionadas ao tema, no campo da Educação.

Considerações finais

As abordagens sobre gênero e sexualidade envolvem afetividade, vínculos, emoções, preconceitos, exclusão e violência. Sem buscar elaborar reflexões como verdades absolutas ou promover discussões que tenham função de manual ou receita, o olhar do profissional neuropsicopedagogo neste contexto fomenta o estabelecimento de diálogos e práticas que promovem espaços de inserção e inclusão nas relações sociais e educacionais, para que grupos não normativos sejam acolhidos, respeitados, e a equidade seja levada a efeito.

A educação será de fato integral e inclusiva quando ocupar-se das emoções, de uma forma que as perspectivas interacionistas de Piaget, Vygotsky e Wallon tenham a devida atenção. No espaço e contexto escolar, o neuropsicopedagogo, poderá contribuir de uma forma significativa, uma vez que tem formação sobre o funcionamento do sistema nervoso do cérebro e a forma com que o organismo reage a estímulos realizando sinapses entre a emoção, afetividade, motivação, e, fundamentalmente, o aprendizado e a apropriação do conhecimento.

Ancorado nas neurociências e com um arsenal de vivências e elementos que emergem na formação da identidade e personalidade, o olhar neuropsicopedagógico poderá contribuir com educadores e educandos no desenvolvimento de competências socioemocionais.

Referências

BEAUCLAIR, J. **Neuropsicopedagogia**: inserções no presente, utopias e desejos futuros. Rio de Janeiro: Essence All, 2014.

BEZERRA, J. S. Identidade de sexo e gênero: a construção das assimetrias na Educação Infantil. *In: Fazendo Gênero 8 Corpo, Violência e Poder*, 08, 2008, Florianópolis, SC. Anais Fazendo Gênero 8 Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, SC: Fazendo gênero, 2008. p. 1-5.

BRASIL. **Lei 9.394/96**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei do PNE, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas em Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação-Geral de Direitos Humanos. **Nota técnica n. 24/2015**, de 17 de agosto de 2015. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-nopne-mec.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

PIAGET, J. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia**, 2020. Disponível em: https://sbnpp.org.br/arquivos/Codigo_de_Etica_Tecnico_Profisisonal_da_Neuropsicopedagogia_-_SBNPP_-_2020. Acesso em: 22 ago. 2022.